

ATA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2025
CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

Aos 15 de Abril de 2025, ocorreu a 3ª reunião Ordinária do Conselho de Defesa do Meio Ambiente do Município de Pindamonhangaba - CONDEMA, estando presentes os Conselheiros e Conselheiras Larissa, Walmir, Maria José, Daniel, Ana Clara, Jonas, William e Júlia. Também estiveram presentes Alice Pereira Monteiro, André Dal'Bó da Costa, Cleir Freire, Giovanna Diniz e Jéssica Gouvea.

1. Aprovação de Ata: Ana Clara iniciou a reunião fazendo a leitura da ATA da 1ª Reunião Extraordinária de 18 de Março de 2025, a qual foi aprovada pelos conselheiros e conselheiras presentes.

2. Estudos sobre impacto da Termelétrica para Pinda: Jéssica Gouvea se apresentou como bióloga de formação, doutoranda em Ecologia Aplicada, assessora parlamentar de um mandato estadual, no qual trabalha diretamente com a parte socioambiental, e explicou que está envolvida com a luta contra a termelétrica de Caçapava desde 2022. Em relação à instalação desta termelétrica, explicou que existem várias questões de interesses, especialmente no que diz respeito à transição energética, e que a região do Vale do Paraíba tem características muito particulares, de modo que a instalação de uma termelétrica nessa região afetaria toda a região do Vale. Por isso, é importante ter a noção da sua dimensão, especialmente porque está prevista para ser a maior da América Latina. A partir da utilização de PowerPoint, Jéssica apresentou alguns apontamentos técnicos:

- O projeto de instalação é da UTE São Paulo (Natural Energia); tem algumas publicações na página desta empresa, mas não está atualizado com todas as publicações que já foram atualizadas no sistema do IBAMA;
- Inicialmente, a empresa fez um estudo de impacto ambiental, elaborou um EIA-RIMA [Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental] e, a partir disso, o Ibama lançou um parecer técnico sobre tal estudo ([Parecer Técnico nº 36/2024](#)) apontando 233 complementações necessárias nesse estudo de impacto ambiental, principalmente nos aspectos físicos e socioeconômico, que foram considerados pelo Ibama como insuficientes. Tais apontamentos estavam em quase todos os tópicos do estudo de impacto, tanto na caracterização do projeto, alternativas locacional e tecnológica, diagnóstico dos meios físicos e socioeconômico, avaliação de impactos, e medidas e programas ambientais;
- Alguns apontamentos que podem ser interessantes para ter uma noção da dimensão de como isso afeta Pindamonhangaba, com relação ao diagnóstico do meio físico, são: para cada temática, foi definido uma área, então, quando a uma empresa apresenta o estudo de impacto, ela tem que definir uma área de estudo que vai ser referência para todos os estudos de todas as áreas que forem apresentadas no EIA. Só que existe uma inconsistência sobre a delimitação dessa área de estudo específica, porque ela é diferente da que foi inicialmente prevista no EIA, e isso tem a ver com os impactos que possivelmente a empresa tenta minimizar. Em termos de escala de impacto, a empresa não apresenta as devidas justificativas para essa nova definição de escala de área de estudo justamente porque não existe justificativa, uma vez que o correto é você definir a área de estudo e trabalhar com essa área para todas as análises que serão feitas. Então o Ibama pede que eles definam a área de estudo e apresente isso em uma complementação desse EIA;

- Um outro ponto levantado pelo Ibama é que o EIA não apresentou uma análise integrada dos impactos. A análise integrada deve caracterizar a área de influência do empreendimento de forma global e o que a empresa faz é apresentar partes dessa influência do empreendimento, mas ela não faz uma análise que integre esses diversos aspectos de impactos, sejam positivos ou negativos. Então o Ibama pede que se apresente essas inter-relações dos meios físicos, bióticos e socioeconômicos, gerando um mapa de integração e possíveis restrições ambientais;
- Quando o Ibama lança um parecer, a empresa tem um tempo para elaborar um novo complemento deste estudo de impacto ambiental e apresentar ao Ibama. Como resposta, a Natural Energia apresentou o novo complemento solicitado como se fosse um relatório, então não foi bem uma complementação do EIA. Foi um documento que continha várias justificativas do que eles fizeram no EIA original. Esse documento, então, foi avaliado pelo Ibama e o Ibama emitiu o [Parecer Técnico nº 12/2025](#), no qual aponta que foram identificados que 65% dos pedidos que o Ibama solicitou naquele primeiro parecer não foram complementados nesse novo documento, justamente porque esse documento não consta complementações do EIA. Assim, o que o Ibama pede é que a empresa faça novos estudos, inclusive estudos de campo, e que apresente mapas georreferenciados, mas a empresa não faz isso, ela faz justificativas sobre os apontamentos do Ibama. A partir disso, o Ibama, mais uma vez, pediu a complementação e até agora a empresa não apresentou. Então, a gente está nessa etapa em que teve o retorno do Ibama e a empresa precisa apresentar novamente um documento para que consiga dar andamento no processo de licenciamento, ou seja, por enquanto o licenciamento está parado;
- No meio tempo entre os dois pareceres enviados pelo Ibama, várias organizações elaboraram pareceres técnicos e anexaram no sistema do Ibama apresentando as inconsistências que encontraram no estudo de impacto ambiental. Tem várias organizações socioambientais envolvidas nessa luta, na avaliação desse processo de licenciamento, e o ponto principal que é levantado, além dos pareceres, e que também já foi levantado inclusive pelo Ministério de Meio Ambiente, é [a questão da dispersão de gases](#). A região do Vale do Paraíba, por ser um vale, é cercado por cadeias de serra, cadeias montanhosas, e tem uma vala que impede a dispersão de ar. (Apresentou um mapa de relevo localizando o município de Caçapava, onde querem instalar a termelétrica, onde estão a Serra da Mantiqueira e a região da Serra do Mar);
- Tem alguns estudos, e isso consta no parecer que a Jéssica enviou para o Ibama ([02001.005766/2022-10](#)), que é sobre um problema inerente da topografia, da geografia do Vale do Paraíba, que é justamente essa falta de escoamento de ar. Alguns estudos evidenciam a existência de um efeito de vale-montanha de dispersão de ar. Isso tem muita relação com a temperatura: em alguns momentos, o ar é dispersado para região da montanha e, em outros, a circulação vem para dentro da região do vale, então você tem uma dispersão vertical do ar. Então, esse ar que está no Vale do Paraíba, ele também é dispersado para região da Serra da Mantiqueira e para região da Serra do Mar, mas muito mais para a Serra da Mantiqueira. Isso é uma coisa que, inclusive, o Ibama aponta no primeiro parecer técnico (Nº 36/2024) que é a importância de, no EIA, a empresa apresentar o impacto desse empreendimento para a Serra da Mantiqueira, justamente porque existe, comprovadamente, esse efeito de dispersão de vale-montanha;
- Um outro fenômeno que acontece no Vale do Paraíba é o efeito de tunelamento. Como tem uma região de vale, em determinados horários do dia existe um efeito de tunelamento do ar em que o ar é dispersado em direção ao Rio de Janeiro. Então isso, inclusive, reflete muito do porquê a região do Vale

do Paraíba recebe bastante da poluição proveniente da cidade de São Paulo. O ar se dispersa horizontalmente em toda essa extensão do Vale e na direção São Paulo-Rio de Janeiro. Como o município de Caçapava fica ao sul de Pindamonhangaba, Pindamonhangaba seria uma das principais cidades a serem afetadas pela dispersão de gases dessa usina, como Taubaté e as cidades mais ao norte do Vale.

Finalizada a apresentação, foi aberto o espaço para perguntas. Jonas perguntou quais são os próximos passos do licenciamento, ao que Jéssica respondeu que a empresa ainda está na etapa de licença prévia, então nem a licença prévia foi emitida ainda porque o estudo de impacto está insuficiente. Também disse que essa empresa tinha o interesse em participar dos leilões de capacidade do Governo Federal, e que foi adiado. Era para ter acontecido há duas, três semanas, e que não sabe se tem relação com algum acordo já prévio estabelecido entre a empresa e os interesses dos leilões. De qualquer forma, o Ibama está aguardando um retorno da empresa com as condições que foram solicitadas. Enquanto a empresa não fizer, ela não tem a licença prévia para tramitar o licenciamento do empreendimento. Inclusive, nesse último parecer do Ibama (Nº 12/2025), eles apontam os vários documentos que foram elaborados por diferentes organizações e a solicitação de audiências públicas de vários municípios do Vale do Paraíba, como Taubaté e São José dos Campos. Vários municípios solicitaram audiências públicas e isso está tramitando no Ministério Público também. O Ministério Público tem solicitado essas audiências, então, enquanto não forem realizadas, o processo não pode dar andamento.

Jéssica também mencionou que tem uma outra questão: enquanto estava sendo realizada as correções do estudo de impacto ambiental, foram chamadas audiências públicas e essas foram barradas pela sociedade civil que não concordou com o chamamento de uma audiência pública sem ter o estudo para ser debatido, e isso é uma leitura correta. Inclusive, [consta na resolução do CONAMA que existe um rito processual para tramitação do licenciamento ambiental](#), então, primeiro é necessário ter o estudo de impacto ambiental para esse estudo ser apresentado na audiência pública e a população ter noção do que será instalado em seu território. Jéssica disse ainda que um debate que tem sido feito e que tem sido posicionado com o Ibama é de que primeiro querem um estudo de impacto ambiental elaborado e aceito pelo Ibama e depois faz as audiências públicas, e que essas audiências têm que ser feitas em todos os municípios onde foram solicitados, porque o impacto vai ser em todo o Vale do Paraíba. Esse rito processual tem sido quebrado, inclusive com a concordância do Ibama, e o Ibama tem trazido alguns outros argumentos jurídicos que fogem do que consta na resolução.

Em seguida, Maria José perguntou sobre a questão do licenciamento e do leilão, se a licença prévia vai sair no nome de uma instituição ou de um empreendimento, e se depois vai leiloar a operação. Jéssica respondeu que não sabe muito bem sobre o processo de leilão, mas a empresa é responsável por fazer toda essa parte de fazer acontecer a existência da usina e depois essa usina é leiloada no leilão de capacidades que vai fazer parte da expansão de energia, do Ministério de Minas e Energia, que está nesse processo de leilões que estão sendo lançados. Também disse que essas empresas trabalham mais no processo do licenciamento até a autorização do empreendimento, e depois disso é leiloado. Ana Clara perguntou de onde o gás viria e como chegaria em Caçapava, ao que Jéssica respondeu que vai ter a implementação de gasodutos, que tem alguns apontamentos do Ibama sobre essa implementação indicando deficiências e que tem vários pontos de gasoduto apontados no EIA, mas não sabe dizer exatamente de onde viria o gás.

Jéssica também disse que tem um outro debate a nível nacional acontecendo que é sobre a transição energética, sobre o quanto uma usina termoeletrica representa um projeto de transição energética quando a gente fala de transição para energia justa, porque muitos dizem que a energia é limpa, mas não é, não é limpa

nem é justa. Então, existe esse debate a nível político nacional, porque existe um investimento forte do Ministério de Minas e Energia nas usinas termelétricas.

Larissa aproveitou a presença da Jéssica e a do André, que faz parte da equipe de elaboração do Plano Municipal de Conservação da Mata Atlântica e do Cerrado (PMMAC), a [Risco Arquitetura Urbana](#), e perguntou de que maneira a gente conseguiria amarrar alguma indicação de que qualquer tipo de empreendimento desse perfil nessa biorregião, de modo que a gente consiga, através das nossas políticas municipais, como o PMMAC, resguardar o nosso território de impactos provenientes do desenvolvimento econômico. Ana Clara complementou dizendo que na minuta do Plano Local de Ação Climática (PLAC) é mencionado sucintamente a utilização de termelétrica como se fosse uma possibilidade para complementar a produção de energia quando tem seca ou quando não tem como produzir energia de outra forma. Jéssica respondeu dizendo que acha que esse argumento de que a usina vai beneficiar a região em tempos de seca é uma grande falácia, porque a usina termelétrica que será instalada não vai destinar a energia para o Vale, não existe esse vínculo direto, pois, a energia vem de vários lugares, então tem que ser colocado na balança, que é mais ou menos o que o estudo de impacto deve apresentar, se tem mais benefícios do que malefícios. Nesse sentido, o que tem sido apontado é que os malefícios são muito maiores do que os benefícios da instalação do sistema elétrico, principalmente em termos climáticos. Se existe uma usina que vai dispersar uma quantidade absurda de gases de efeito estufa numa região que tem uma característica microclimática ou mesoclimática que impossibilita a dispersão desse ar, vai ser criado um efeito estufa na região do Vale que vai manter esses gases por muito mais tempo nessa região, impactando diretamente os moradores da região do Vale do Paraíba.

Jéssica mencionou também que um dos pontos que foram levantados são os aspectos socioeconômicos, como se fosse gerar empregados, mas vai gerar cerca de 40 empregos para toda a região, que tem outros setores que geram muito mais emprego do que a instalação deste megaempreendimento, então, questionou, o que que significa 40 empregos para o tamanho dessa usina que será implementada? No âmbito do PLAC, Jéssica disse que sobre a questão da dispersão dos gases, que empreendimentos deste porte que possuem essa quantidade de emissão na região, não é possível ter condições de ter qualidade de vida e de ter condições climáticas e ambientais que suportam esse empreendimento. A crítica que Jéssica faz ao estudo de impacto ambiental e à avaliação do Ibama é que as alternativas locais estão muito erradas, porque eles apresentam três locais como alternativas locais, que são Vale Paraíba, Cubatão e uma outra cidade litorânea, que está localizada no sul do estado de São Paulo. Quando se apresenta alternativas locais no estudo de impacto, tem que ser apresentado alternativas reais e não alternativas que previamente já se sabe que é impossível instalar, ou seja, desde a apresentação das alternativas locais esse estudo já está enviesado, porque eles apresentam dois locais onde é impossível instalar uma usina termelétrica de qualquer porte, então, é como se estivesse predestinado a ser o Vale do Paraíba a alternativa local escolhida. Então, tem várias falhas que estão desde o início do estudo, desde o primeiro tópico do estudo que é apresentar aqui o lugar viável.

Em seguida, André Dal'Bó da Costa, que é professor de planejamento na Universidade de São Paulo, relatou que no dia anterior foi realizada uma das oficinas do PMMAC e que na ocasião emitiu, no âmbito da instalação da usina termelétrica, a sua opinião pessoal, uma vez que não é um especialista da área, e que poderia, de forma extremamente breve, repetir um pouco o que já havia dito. Assim, André disse que, do ponto de vista de planejamento territorial e energético, como, segundo ele, colocou muito bem a Jéssica, o sistema nacional é integrado e o único estado que não está integrado nesse sistema é Roraima, então não quer dizer que a usina estando no Vale do Paraíba vá fornecer energia somente para o Vale, sendo este um argumento que precisa ser derrubado imediatamente. Do ponto de vista político, disse que um argumento que é muito forte na sociedade brasileira é o da criação dos empregos, e que esse talvez seja o maior ponto de vista da obra,

uma vez que a instalação é um período em que vai ser gerado muitos empregos no município, mas que essa é uma cadeia de duração curta, já que é uma obra que tem um tempo de duração e, depois disso, os empregos permanentes vão ser muito reduzidos. Então, desse ponto de vista de mobilização econômica, de interesse público, é muito restrito. André também disse que o interesse público de desenvolvimento, de benefício para a população local, é muito questionável, e o que vai sobrar é um passivo ambiental, o que pode gerar confusão também, porque essa matriz energética é polemicamente considerada limpa, porque, comparado a uma termelétrica de carvão, evidentemente ela tem um resíduo muito inferior do ponto de impacto ambiental. Como diz a professora do INPE [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais], a Luciana Gatti, que é por onde André se informou o pouco que sabe desse assunto, essa tecnologia produz uma alteração muito grande na atmosfera do ponto de vista do calor produzido, então vai ter uma produção imediata de vibração da atmosfera, então tem um aumento da temperatura. Sobre os efeitos, reiterando que não é um especialista da área, André disse que ao longo de 2023, 2024, por acaso, também fazia esse mesmo planejamento do PMMAC em Caçapava, que foi um momento em que teve contato com esse assunto, então lhe parece, e, como observou André, talvez seja muito oportuna a presença da Jéssica pela posição de assessora parlamentar, que essa é uma questão muito mais política do que uma questão técnica, porque do ponto de vista técnico não é preciso desenvolver muitos argumentos para mostrar que, sim, tem passivo ambiental.

André também considera que é muito importante uma articulação entre os municípios e uma articulação entre os Conselhos de Meio Ambiente dos municípios. André lembrou que Caçapava tinha, naquele momento em que atuou lá, uma articulação bastante grande contra essa termelétrica, então, talvez uma rede de conselhos seria importante, porque o conselho tem uma importância grande, ele é uma instância representativa, não é poder público propriamente, mas ele tem uma força porque nele estão representados poderes públicos e a sociedade civil. A partir disso, André disse que, se pudesse dar uma sugestão do ponto de vista do planejamento, seria construir posições contrárias à usina termelétrica, porque estão empreendendo uma luta muito grande. Também pontuou que, de fato, a transição energética não está acontecendo no mundo, que esse é o grande problema, e sugeriu o trabalho do professor Carlos Nobre e o livro [“O decênio decisivo”](#), do Luiz Marques, o qual apresenta muitas estatísticas sobre a transição energética e mostra que, apesar dos mercados crescentes de energia solar e de outras energias ditas limpas, o mercado a base de petróleo continua crescendo muito, inclusive, baseado em investimento público, investimento dos Estados, então, é questionável se a transição energética está acontecendo mesmo, porque parece que ela não está. Para encerrar, o que viu acontecer em Caçapava – não foi uma colocação da consultoria propriamente, foi o seguinte: se vai perder, se é inevitável a termelétrica, porque pode ser que ela seja inevitável, então percam ganhando no que for possível. Os processos de licenciamento, em última instância, são negociações, então cobrem muito caro, tenham planejamentos, tenham reivindicações materiais. Por fim, sugeriu a professora Luciana Gatti como referência.

Em seguida, Jonas disse que, como a usina termelétrica vai ser instalada em outro município, e apesar de ser possível mobilizar esforços populares, acha difícil que a legislação municipal de Pinda possa interferir em uma ação que vai acontecer em outro município. Jonas também comentou que, como os impactos desse empreendimento — especialmente a emissão de gases do efeito estufa e de outros poluentes — ocorrerão de forma regional, atingindo inclusive Pindamonhangaba, ele gostaria de saber se, no âmbito do PMMAC, seria possível utilizar esse instrumento para captar recursos destinados à preservação de áreas e compensação ambiental. Ou seja, considerando a hipótese de que o empreendimento venha a ser realizado e que, portanto, haverá a necessidade de mitigar seus impactos por meio do processo de licenciamento, Jonas questionou de que forma Pinda, por meio de tal Plano, poderia acessar parte desses recursos para ações de regeneração ambiental no município. André respondeu que dito Plano oferece, ao final, um plano de ação objetivo, com área a ser reflorestada, com áreas prioritárias, com a rede de APP que deve ser florestada, com formas de

ação para ampliação da biodiversidade e isso, no resultado final, tem um valor estimado, um tempo, uma variável físico-financeiro estabelecida. André também disse que, assim como esse, outros planos relacionados a conservação e a restauração, talvez planos de manejo que estejam mais atualizados, ou outras políticas locais, podem reunir uma estratégia de conservação, preservação e restauração da biodiversidade. Então, nesse sentido, podem ser documentos apresentados como justificativa de um investimento de mitigação, e aí demandaria, evidentemente, um esforço supramunicipal, de rede, para pensar isso de forma regional. André também disse que o slide da Jéssica é ótimo porque mostra que a mancha da dispersão é regional, então, apesar de não ser no município o terreno, o impacto é regional. Essa é a grande questão do aquecimento global. André lembrou que o plano tem uma previsão de dez anos de ação e depois ele precisa ser alterado.

Larissa sugeriu uma reunião com a Jéssica para um aprofundamento do conhecimento para que a discussão possa ser levada para a população. Jéssica se mostrou à disposição e recomendou convidar a professora Luciana Gatti para essa reunião, uma vez que ela trabalha especificamente com a questão da dispersão dos gases, sendo, portanto, a pessoa mais qualificada para falar sobre isso. Jéssica também pontuou a importância da mobilização popular e que é essencial que Pinda encampe essa mobilização. Disse que Taubaté, por exemplo, está bastante mobilizada, porque é a primeira cidade, depois de Caçapava, que vai ser afetada pela dispersão dos gases, então sugeriu que fosse feita uma troca de ideias com o pessoal do conselho de meio ambiente de Taubaté e constituir essa rede de articulação. A partir disso, ficou como encaminhamento marcar reunião com os conselhos de meio ambiente da região e planejamento de ações nesse sentido.

3. Status report das atividades em curso: Política Municipal de Conservação da Mata Atlântica e do Cerrado: o coordenador técnico é o William, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A partir da presença de André, que faz parte da equipe de elaboração, foi informado que estão na fase final do diagnóstico e que a previsão é que na semana seguinte seja publicado no site o Caderno de Diagnóstico Técnico, que é o maior caderno do trabalho. O trabalho tem 19 produtos e agora estão se alinhando em direção à reta final, na qual considera fundamental a mediação do Conselho, e o grupo de trabalho vai se tornar mais ativo nesse momento. Em seguida, André apresentou a página do Plano (<https://pmmacpinda.com/>), criada para divulgar e tornar mais transparente o processo. Já foram concluídos cinco produtos e o sexto produto é o diagnóstico. Estão realizando um curso mensal sobre a elaboração do Plano e tem uma consulta pública aberta. Sobre a consulta pública, André pediu para que o Conselho intensificasse a sua divulgação até o final do mês de abril para saberem qual é a opinião pública. Ao final, está previsto uma proposta de reforma de melhoria do viveiro municipal, um banco de sementes local em biodiversidade, uma vez que uma produção local de muda é muito recomendada. Ao final desse processo, segundo André, a consultoria sugere enfaticamente que a Prefeitura torne o Plano em um Projeto de Lei, o que demanda um esforço de debate com a câmara legislativa – para o qual a consultoria está disponível a realizar, porque, uma vez estabelecido como lei, ele tem mais força, mais legitimidade. Tem como previsão concluir a parte técnica em julho. André também pontuou que tem uma questão no Plano Diretor de Pinda que é bastante contrária à preservação ambiental, que a liberdade de expansão urbana é muito grande, então, o pleito legal de parcelamento do solo no município é muito grande. Por fim, Larissa sugeriu que fosse realizado um encontro virtual para que a população possa levar as suas indicações sobre a discussão, ampliar o debate, ao que André se mostrou à disposição.

4. Devolutiva sobre colaboração com a finalização do Plano Local de Ação Climática (PLAC): a partir da audiência pública realizada para a apresentação do PLAC e da leitura do documento, Larissa pontuou que percebeu, entre outras coisas, que está sendo criado um documento que não reflete todas as necessidades do município, uma vez que a equipe não é e não está no município, o que revela que a escuta popular foi insuficiente, que a leitura do território foi insuficiente. Nesse sentido, Larissa apresentou como exemplo a ausência de uma bacia importante no documento, e a ausência de visões de povos do município que são

importantes e, por estar sendo realizado por uma equipe que não tem afinidade com a região, houve várias lacunas no PLAC, e que a gente tentou, de alguma maneira, sanar tais lacunas a partir de revisão técnica do documento, o qual foi enviado para a equipe responsável. Sobre isso, Larissa indicou que uns dos pontos que sentiu falta é a discussão de resíduos sólidos, que não tem uma reivindicação relacionada ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Ana Clara reiterou o que disse na audiência pública, que o documento não é honesto porque apresenta informações que são contraditórias ao que realmente aconteceu, como a questão da realização das reuniões públicas, e que está faltando os diagnósticos mencionados no PLAC. Jonas disse que ainda vão ser disponibilizados tais diagnósticos.

5. Devolutiva sobre a reunião com o GAEMA (“O Meio Ambiente Na Minha Cidade”): Larissa relatou que participaram ela, Maria José e Rafael Lamana. A reunião foi para o GAEMA entender como está fluindo a dinâmica do Conselho, se existe paridade, se as reuniões são regulares e, a partir do que o Conselho informou, o GAEMA avaliou como positiva a atuação do CONDEMA.

6. Release para abertura de cadastramento: o documento foi enviado anteriormente aos conselheiros e conselheiras e foi aprovado. O objetivo do cadastramento é compor um banco de dados de colaboradores aptos a desenvolver e implementar projetos ambientais, além de mapear experiências de trabalhos e iniciativas já existentes. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins institucionais e planejamento de ações nos territórios.

7. Estratégia de comunicação do CONDEMA: foram discutidas estratégias para melhorar a comunicação do que é discutido no Conselho. Ficou decidido que será construído um plano de comunicação para ser apresentado para os conselheiros e conselheiras.

8. Plano Municipal de Saneamento Rural: Walmir e Maria José, representantes do Conselho no grupo de trabalho deste Plano, não participaram da reunião de planejamento. Contudo, a partir da leitura do documento do Plano, Walmir pontuou alguns questionamentos, como a composição do grupo técnico. Jonas perguntou sobre o contrato com a Sabesp e Walmir respondeu que acredita que a empresa tem que se adequar ao que for elaborado, já que já existe todo um embasamento legal. Larissa reiterou que é importante que participem das reuniões de planejamento deste Plano.

9. Informes Gerais:

- Daniel informou que desde o fim do ano passado não foram realizadas reuniões do CONCID e que é importante cobrar um posicionamento para o retorno da realização destas reuniões;
- Larissa informou que nos dias 12 ou 13 virá para Pinda uma equipe do SOS Mata Atlântica, da Frente Água Limpa, com a intenção de expandir os estudos de qualidade da água no Vale do Paraíba, porque eles têm poucos pontos pela região. Diante disso, Larissa perguntou quem poderia recebê-los e quais locais poderiam ser visitados. Ficou acordado que Maria José participaria deste encontro.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Larissa", with a stylized flourish at the end.

Rafael Lamana
Vice-presidente

Larissa Néri
Presidente